



**UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARÁ
CAMPUS UNIVERSITÁRIO DE ALTAMIRA
FACULDADE DE ETNODIVERSIDADE
LICENCIATURA EM EDUCAÇÃO DO CAMPO**

**DIÁLOGO RIBEIRINHO: UM DIAGNÓSTICO PARTICIPATIVO NA
COMUNIDADE VILARINHO DO MONTE PORTO DE MOZ, PARÁ**

BRENO ALHO NONATO

**Porto de Moz-PA
Fevereiro, 2026**

**Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP) de acordo com ISBD
Sistema de Bibliotecas da Universidade Federal do Pará
Gerada automaticamente pelo módulo Ficat, mediante os dados fornecidos pelo(a) autor(a)**

A397d Alho Nonato, Breno.
Diálogo Ribeirinho : Um diagnóstico participativo na
comunidade Vilarinho do Monte Porto de Moz, Pará / Breno Alho
Nonato. — 2026.
VII, 23 f. : il. color.

Orientador(a): Prof^ª. Dra. Fabíola Aparecida Ferreira
Damacena
Trabalho de Curso (Graduação) - Universidade Federal do Pará,
Campus Universitário de Altamira, Faculdade de Etnodiversidade,
Altamira, 2026.

1. Educação do Campo. 2. Tempo Comunidade. 3.
Devolutiva. 4. Povos Ribeirinhos. I. Título.

CDD 370

BRENO ALHO NONATO

**DIÁLOGO RIBEIRINHO: UM DIAGNÓSTICO PARTICIPATIVO NA
COMUNIDADE VILARINHO DO MONTE PORTO DE MOZ, PARÁ**

Orientadora: Prof. Dr. Fabíola Aparecida F. Damacena

Trabalho de Conclusão de Curso (TCC) apresentado à Faculdade de Etnodiversidade, curso de Educação do Campo, ênfase em Ciências da Natureza, da Universidade Federal do Pará, Campus Universitário de Altamira, como requisito para a obtenção do grau de Licenciado em Educação do Campo.

**Porto de Moz-PA
Fevereiro, 2026**

Data da aprovação: ____ / ____ / ____

Conceito: _____

BANCA EXAMINADORA

Prof. Dra. Fabíola Aparecida F. Damacena (orientador)

Faculdade de Etnodiversidade / UFPA

Prof. Dr. Márcio Rogério (Banca Examinadora)

Faculdade de Etnodiversidade/ UFPA

Prof. Dr. Felipe Bittioli (Banca Examinadora)

Faculdade de Etnodiversidade/ UFPA

AGRADECIMENTOS

Quero registrar a minha gratidão ao final dessa caminhada tão importante que foi o curso de Educação do Campo, posso dizer que foram anos de aprendizados, desafios, superações e, principalmente, de crescimento pessoal, profissional e coletivo.

Primeiramente, agradeço a Deus, por ter me dado força, saúde e coragem para não desistir nos momentos difíceis, e por iluminar cada passo dessa trajetória. À minha família, que foi meu alicerce nessa jornada, deixo o meu mais profundo agradecimento, em especial aos meus pais, que nunca mediram esforços para que eu pudesse estudar e acreditar nos meus sonhos. Às minhas irmãs, pelo apoio e palavras de incentivo, e de forma muito especial, à minha esposa, por estar ao meu lado, me apoiando e incentivando com paciência, compreensão e companheirismo em todos os momentos.

Aos meus amigos de turma, que compartilharam comigo risadas, preocupações, trabalhos, viagens e tantas experiências que levarei para a vida toda, em especial ao meu amigo João Paulo, sempre disposto a ajudar, estender a mão e somar em todos os momentos.

Agradeço também à minha comunidade, que faz parte da minha identidade e foi fonte de inspiração durante toda essa caminhada. Foi nela que encontrei sentido para continuar, força para não desistir e motivos para acreditar na importância da educação, cada aprendizado que levo comigo também pertence a ela.

Agradeço também a todas as pessoas que participaram das entrevistas e contribuíram com as pesquisas, pois cada fala e cada história foram fundamentais para a construção dos meus trabalhos. A todos que fizeram parte dessa caminhada, direta ou indiretamente, meus sinceros agradecimentos.

Deixo um agradecimento especial ao professor Daniel Pedrada, que me incentivou e deu força no momento da inscrição, acreditando em mim quando eu mesmo duvidava. À escola da minha comunidade, aos coordenadores, à professora de Ciências, Alíscia Sâmila e aos alunos, que me acolheram e me ensinaram tanto quanto eu tentei ensinar.

À Faculdade de Etnodiversidade, minha gratidão por proporcionar essa formação tão significativa, e aos professores do curso, que foram mediadores dessa trajetória, compartilhando conhecimentos, experiências e contribuindo de forma essencial para minha formação acadêmica e humana. Concluo esse curso com o coração cheio de gratidão e a certeza de que ninguém chega até aqui sozinho. Essa conquista não é só minha, é de todos os envolvidos. Muito obrigado por fazerem parte da minha história.

SE CHEGUEI ATÉ AQUI, FOI PORQUE ME APOIEI NO OMBRO DOS GIGANTES (ISAAC NEWTON)

RESUMO

Este trabalho apresenta as aprendizagens construídas ao longo das etapas do curso de Educação do Campo da Universidade Federal do Pará (UFPA), no polo de Porto de Moz, com ênfase nos Tempos Comunidade. Esse período formativo caracteriza-se pela saída da sala de aula da universidade para a pesquisa com a própria realidade vivida nos territórios. Desenvolvemos um diagnóstico na comunidade Vilarinho do Monte, em Porto de Moz, com o objetivo de compreender aspectos relacionados à educação, à saúde e ao cotidiano da população local. Um dos momentos centrais do trabalho foi a devolutiva, realizada na comunidade em maio de 2024, quando retornamos à Vila para socializar os resultados da pesquisa com os moradores. Para isso, organizamos uma reunião utilizando um método simples, baseado em cartazes com as cores do semáforo (verde, amarelo e vermelho), possibilitando a participação de todos, inclusive daqueles com pouca escolarização. Os resultados evidenciam preocupações da comunidade com o fechamento do posto de saúde, com a merenda escolar composta majoritariamente por produtos industrializados oriundos da cidade e com a ausência de um Projeto Político-Pedagógico (PPP) que respeite o modo de vida ribeirinho. Concluímos que o Artigo pode contribuir como ferramenta de mobilização comunitária, fortalecendo a organização coletiva e a luta por direitos, bem como o reconhecimento dos tempos e da cultura das populações da beira do rio

Palavras chave: Educação do Campo; Tempo Comunidade; Devolutiva; Povos Ribeirinhos.

ABSTRACT

This study presents the learning experiences developed throughout the stages of the Rural Education degree program at the Federal University of Pará (UFPA), at the Porto de Moz campus, with an emphasis on *Tempo Comunidade*. This formative period is characterized by leaving the university classroom to investigate the lived reality within local territories. We carried out a diagnostic study in the community of Vilarinho do Monte, in Porto de Moz, with the aim of understanding aspects related to education, health, and the daily life of the local population. One of the central moments of the study was the feedback process, conducted in the community in May 2024, when we returned to the village to share the research results with residents. For this purpose, we organized a meeting using a simple method based on traffic-light-colored posters (green, yellow, and red), enabling the participation of all community members, including those with limited literacy. The results reveal community concerns regarding the closure of the local health post, the provision of school meals mainly composed of industrialized products from the city, and the absence of a Political-Pedagogical Project (PPP) that respects the riverside way of life. We conclude that this study may contribute as a tool for community mobilization, strengthening collective organization and the struggle for rights, as well as fostering respect for the timeframes and culture of riverine populations.

Keywords: Rural Education; Community Time; Participatory Diagnosis; Feedback Session; Riverside People.

INTRODUÇÃO

Este trabalho relatamos as experiências que vivenciamos durante o curso de Licenciatura em Educação do Campo, (LEDOC), com ênfase em Ciências da Natureza, ofertado pela Universidade Federal do Pará, (UFPA) *campus* Altamira. Este curso de graduação, parte integrante das ações afirmativas governamentais direcionadas às comunidades do campo e populações tradicionais, funciona no sistema de Alternância Pedagógica. Este método, proposto na década de 50, na França, tem por objetivo oportunizar aos alunos o acesso à educação sem a necessidade de êxodo rural, mantendo a força de trabalho para as famílias. Com algumas modificações, a (LEDOC), da (UFPA) Altamira funciona com Tempos Universidade (TU de I a VIII), que ocorrem entre janeiro/fevereiro e julho/agosto, onde os graduandos participam das disciplinas técnicas e teóricas, período em que as escolas onde muitos atuam estão de férias.

O segundo momento são os Tempos Comunidades (TC), onde os discentes desenvolvem atividades em suas comunidades e territórios de pertencimento. Os TCs são subdivididos em dois grandes blocos, onde nos primeiros quatro, os alunos realizam pesquisas sobre a história da comunidade (TC I), sobre a escola (TC II) e o ensino de ciências da natureza (ou linguagens e códigos, ambas ênfases do curso ofertado) (TC III), sendo o TC IV o momento da devolutiva à comunidade sobre estes dados. Os TCs subsequentes, V ao VIII são dedicados aos Estágios Supervisionados, atividades obrigatórias em cursos de licenciatura.

Desta forma, a base deste trabalho de pesquisa foi o diagnóstico feito na comunidade Vilarinho do Monte, que fica no município de Porto de Moz, no Pará, durante os TCs I ao IV. A parte mais importante de todo esse processo foi a devolutiva, foi o momento de voltar à comunidade para compartilhar, entregar e discutir sobre o que foi descoberto ao longo de três momentos de pesquisa produzidos entre 2022 e 2024. A ideia central do trabalho não é apenas apresentar dados brutos, mas sim usar essas informações para criar pontes entre a faculdade, a administração municipal e quem mora na própria comunidade. É muito comum que os próprios moradores destas comunidades tradicionais não conheçam a história e dificuldades coletivas dos próprios territórios.

A construção de uma ponte entre universidade, gestão pública e comunidade pode acontecer por meio de um processo participativo, em que a devolutiva não seja apenas a apresentação dos dados, mas um momento de diálogo com os moradores. É importante que

as informações sejam compartilhadas de forma simples e acessível, permitindo que todos compreendam e contribuam com suas experiências. Além disso, o envolvimento de lideranças locais e a articulação com a gestão municipal ajudam a transformar as demandas da comunidade em ações concretas, fortalecendo o vínculo entre conhecimento acadêmico e realidade local.

A Educação do Campo rege que é necessário o respeito e a valorização do modo de viver de quem é ribeirinho, extrativista, pescador e demais populações tradicionais que moram no interior. Por isso, a devolutiva serviu como momento para troca de ideias com os moradores, pensando juntos em como melhorar o estudo das crianças, o atendimento médico e a vida de todos naquela comunidade. Foi uma tentativa de fazer com que a teoria que estudamos nos livros ajude de verdade a resolver, ou ao menos minimizar, os problemas do dia a dia. Olhando para os resultados, podemos perceber que o Vilarinho do Monte tem muita força, principalmente na agricultura familiar que está crescendo, mas ainda sofre com a falta do básico.

De acordo com as reflexões de Mônica Castagna Molina (2011) sobre a Educação do Campo, o papel de quem estuda em uma universidade pública não é apenas entrar nas comunidades para coletar informações e depois ir embora. A autora defende que a produção de conhecimento precisa ter um compromisso real com quem vive naquelas terras. Para ela, momentos como a devolutiva de uma pesquisa são fundamentais, pois é aí que a teoria dos livros se encontra com a prática da vida no interior.

Percebemos que, nas melhorias, enquanto a luz chegou e a produção de farinha e frutas segue firme, a saúde ficou para trás com o posto de saúde da comunidade sendo desativado, e o transporte escolar precário, dependendo do tempo e da maré para funcionar. Os relatórios demonstram ainda que ser professor nessas áreas exige um olhar diferenciado, mais humano e atento às dificuldades de quem vive longe dos grandes centros, incentivando as práticas que preservem a natureza e a cultura do nosso local.

A razão que levou à realização deste trabalho é que comunidades isoladas como Vilarinho do Monte muitas vezes ficam esquecidas quando se pensa em políticas públicas. Molina (2011) acredita que a faculdade e os movimentos sociais devem caminhar juntos, garantindo que o diagnóstico feito pelos estudantes sirva de ferramenta para que os próprios moradores como os ribeirinhos de Vilarinho do Monte entendam melhor sua força e consigam cobrar as melhorias que precisam. No fundo, o que a autora propõe é que a

educação seja um meio de dar voz e poder para as populações do campo, transformando a pesquisa acadêmica em um instrumento de luta e de conquista de direitos básicos.

Não podemos pensar e planejar educação ou saúde sentados em um escritório na cidade sem saber o que o povo do Xingu passa. Dessa forma, este diagnóstico se justifica porque dá voz aos moradores e mostra que o conhecimento da universidade pode servir para empoderar o povo, ajudando estes a cobrarem seus direitos e a cuidarem melhor do lugar onde vivem. Trata-se também de um esforço para que a formação do professor não seja apenas técnica, mas sim um compromisso real com a mudança social na nossa região.

METODOLOGIA

Para a apresentação na devolutiva utilizei todos os dados coletados e apresentados nos meus relatórios de TCs I, II e III produzidos ao longo dos anos de 2022 e 2024, e que levei de volta para o povo conhecer e opinar. O momento principal foi o Seminário de Devolutiva, aconteceu em maio de 2024, no salão onde a comunidade costuma se reunir para discutir assuntos importantes. Para garantir que todos os moradores ficassem sabendo e participassem, não usei só a internet ou avisos de rádio; fiz questão de ir de casa em casa, caminhando pela vila, para conversar e convidar cada família pessoalmente. Esse contato “olho no olho” foi fundamental, pois criou confiança e demonstrou que o trabalho acadêmico respeita quem mora ali.

No momento da reunião, não fiquei lendo textos difíceis ou mostrando tabelas complicadas para não ficar uma coisa chata mais sim algo mais dinâmico. Usamos um método visual e muito simples chamado “quadro de sinais”, que funciona com as cores do semáforo. Espalhamos cartazes com indicadores sobre a escola, saúde e transporte escolar. Dentre estes indicadores foram apresentados, discutidos e avaliados os seguintes: Participação da família na escola; formação dos professores; alimentação escolar; Projeto Político Pedagógico (PPP); calendário escolar; conteúdo e material didático; saúde e infraestrutura comunitária e transporte escolar.

Cada morador recebeu adesivos ou papéis nas cores verde, amarelo e vermelho. A ideia era que eles mesmos dessem a “nota” para cada serviço: o verde para o que estava funcionando bem, o amarelo para o que precisava de atenção e o vermelho para o que estava muito ruim ou abandonado. Isso permitiu que todo mundo participasse de igual para igual, inclusive os idosos e quem não teve a chance de estudar, pois as cores falam por si só.

Depois que os cartazes estavam todos coloridos com as opiniões dos moradores, abrimos uma grande roda de conversa para entender os porquês de cada cor escolhida. Enquanto falavam sobre o sofrimento com o posto de saúde fechado ou a falta de sentido de estudar coisas da cidade grande, eu anotava tudo para que o relatório final não fosse constituído somente com minha opinião, mas retratar fielmente a voz da comunidade. Essa forma de pesquisar, chamada de diagnóstico participativo, serviu para que os moradores se sentissem donos do conhecimento. Assim, o trabalho deixou de ser apenas uma atividade de faculdade para se transformar em um documento de luta, construído a várias mãos entre a universidade e o povo de Vilarinho do Monte.

RESULTADOS E DISCUSSÕES

Participação da Família na Escola

Neste indicador, a comunidade escolheu a cor amarela. Os comunitários têm a percepção de que os pais aparecem na escola somente quando tem festa de Dia das Mães, festa junina ou reunião sobre nota, mas falta uma participação maior nas decisões do dia a dia. Muita gente trabalha duro na roça e acaba não tendo tempo ou não se sentindo convidada para ajudar a pensar na educação dos filhos de um jeito mais profundo. A proposta foi criar momentos mais alegres e menos formais para atrair os pais para dentro da escola. A conversa mostrou que existe uma barreira invisível entre a escola e o quintal das casas. Muitos pais acham que "não entendem de estudo" e que, por isso, só devem ir lá para escutar reclamação ou bater palma em apresentação. A proposta foi mudar esse pensamento, fazendo com que o pessoal da roça sintam que o conhecimento deles sobre a terra e a vida também tem valor e que a opinião deles ajuda a escola a ser melhor.

A própria lei educacional brasileira, por meio da LDB, reforça que o papel da escola vai muito além de apenas ensinar os alunos dentro da sala de aula. A lei deixa claro que a escola tem o dever de trazer a família e a comunidade para perto, criando uma parceria real. Isso significa que os pais não devem ser vistos apenas como convidados de festa, mas como peças-chave que ajudam a decidir como o ensino deve funcionar na prática. Ao abrir as portas para quem vive o dia a dia da comunidade, os que trabalham no pesado, na roça também participe da construção do plano pedagógico, a instituição está apenas cumprindo o que a lei determina que: a educação é um esforço conjunto entre a escola e o lar (BRASIL, 1996).

Formação dos Professores

Esse indicador ficou na cor Verde. Os moradores reconhecem que os professores se esforçam e buscam estudar. Eles participam das jornadas pedagógicas ofertada pela prefeitura, buscam inovar e levar novidades para dentro de sala de aula. Porém, durante a conversa, surgiu um alerta: embora os professores estudem, muitas vezes o que eles aprendem nos cursos para as escolas urbanas não combina com a realidade das escolas do campo. O desafio é fazer com que essa formação ajude os professores ministrar uma aula que faça sentido para quem vive, por exemplo, da pesca ou da farinha. Não adianta saber a teoria da cidade se ela não conversa com a prática do mato e do rio. Sobre esta temática, já é conhecido há muito tempo a proposta de um dos maiores pensadores sobre a educação inclusiva do Brasil, que dita que “é preciso que a leitura do mundo preceda sempre a leitura da palavra e que a leitura desta implique a continuidade da leitura daquele” (Freire, 1989, p. 9).

Alimentação Escolar

Este indicador foi apontado com a cor vermelha, o sinal de alerta máximo. O povo reclamou que a merenda quase sempre vem de fora da comunidade, com muitos produtos “de pacote” (industrializados). A grande crítica é que, em uma terra tão fértil que produz abacaxi, macaxeira e diversas frutas, a escola não usa o que é produzido ali mesmo. É um contrassenso ver o caminhão descarregando bolacha e suco de caixa enquanto o alimento de verdade está apodrecendo no pé por falta de escoamento. O grupo sugeriu que a escola comece uma horta própria e que a prefeitura compre mais comida dos agricultores da vila, para que as crianças comam coisas mais saudáveis. Isso ajudaria a girar o dinheiro dentro da própria comunidade e garantiria que o prato do aluno tivesse o gosto da sua própria terra, fortalecendo a saúde das crianças e a economia das famílias locais.

A promulgação da Lei nº 15.226, de 1º de outubro de 2025, introduziu alterações relevantes na Lei nº 11.947/2009, que regulamenta o Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE), demandando dos entes municipais a adoção de medidas para adequação normativa e operacional. Tais modificações possuem impacto direto na execução da política pública de alimentação escolar, especialmente no que se refere aos procedimentos de aquisição de gêneros alimentícios e à gestão administrativa do programa.

Dentre as alterações promovidas, destaca-se o aumento do percentual mínimo de recursos destinados à aquisição de alimentos oriundos da agricultura familiar e do

empreendedor familiar rural, que passa de 30% para 45%. Essa exigência entrará em vigor a partir de 1º de janeiro de 2026, o que impõe aos municípios a necessidade de reestruturação antecipada de seus processos de planejamento e das chamadas públicas, visando assegurar o cumprimento do novo percentual estabelecido em lei.

Outra inovação significativa refere-se à exigência de que os produtos alimentícios, no momento da entrega, apresentem ao menos 50% do prazo de validade ainda vigente. Tal medida tem como objetivo reforçar os padrões de qualidade e segurança alimentar no âmbito do programa. Contudo, a legislação estabelece exceção para os produtos provenientes da agricultura familiar, reconhecendo as especificidades inerentes aos seus processos produtivos e logísticos.

No que concerne aos critérios de priorização nas aquisições, a nova legislação mantém a preferência anteriormente conferida a assentamentos da reforma agrária, comunidades indígenas e comunidades quilombolas. Ademais, amplia esse rol ao incluir, de forma expressa, os grupos formais e informais de mulheres, promovendo, assim, maior equidade de gênero e incentivando a participação feminina nas cadeias produtivas vinculadas ao PNAE.

Adicionalmente, a Lei nº 15.226/2025 reforça o papel dos Conselhos de Alimentação Escolar (CAE) no acompanhamento, monitoramento e fiscalização da execução do programa, o que demanda maior integração entre os gestores públicos municipais e os mecanismos de controle social.

Dessa forma, as alterações legislativas podem ser compreendidas a partir de três eixos principais de impacto: (I) a necessidade de replanejamento das compras públicas para atendimento ao novo percentual mínimo de 45% destinado à agricultura familiar; (II) a adequação das chamadas públicas e instrumentos contratuais à exigência de validade mínima dos produtos; e (III) a ampliação dos critérios de priorização, com destaque para a inclusão de grupos de mulheres.

Nesse contexto, recomenda-se que as administrações municipais iniciem, de forma antecipada, os ajustes necessários em seus marcos normativos e procedimentos operacionais, promovendo a capacitação das equipes técnicas e o diálogo com agricultores familiares, cooperativas e associações. Tais medidas são essenciais para assegurar a conformidade legal e a continuidade eficiente da execução do PNAE frente às novas diretrizes estabelecidas.

Sobre esse assunto, Josué de Castro (2008), em sua obra “Geografia da Fome”, diz que a falta de comida de qualidade não é um azar da natureza, mas sim uma escolha política errada que ignora o que o chão oferece. Ele explicava que quando uma comunidade deixa de consumir o que planta para depender de produtos que vêm de outros lugares e cidades, encaixotados e cheios de química, ela está perdendo sua identidade e sua saúde. Para ele, é um absurdo completo que regiões férteis, onde a macaxeira e as frutas crescem com facilidade, acabem servindo merendas artificiais. Isso cria um ciclo onde a riqueza da terra é desperdiçada enquanto o povo fica desnutrido, não por falta de comida no mundo, mas porque o sistema prefere o lucro das grandes fábricas de pacotes a valorizar o suor do agricultor vizinho da escola.

Além disso, o autor bate na tecla de que a escola precisa ser o espelho da vida local, funcionando como um centro de educação que ensina a comer o que é real e sem veneno. Ele veria a ideia da horta escolar e da compra direta dos produtores da vila como a única saída lógica para quebrar essa corrente de dependência.

Ao trazer o abacaxi e o alimento fresco para dentro da cantina, a prefeitura não estaria apenas matando a fome das crianças, mas também combatendo uma fome seletiva que adoce o corpo e a economia da região. Para Castro,(2008) o desenvolvimento de verdade só acontece quando a gente respeita o equilíbrio entre quem planta e quem come, garantindo que o prato seja um símbolo de autonomia e não um reflexo de descaso logístico ou político. Ainda sobre alimentação escolar, Capra, (2006) fala que:

O projeto de uma horta escolar e o projeto de uma cozinha de jardim associada a ele servem para nos lembrar que o aprendizado não ocorre apenas através da audição, mas também através da ação. Quando as crianças cultivam alimentos, elas adquirem uma compreensão profunda dos ciclos de crescimento e decomposição, da teia da vida. Ao mesmo tempo, aprendem lições valiosas sobre nutrição e saúde. Elas descobrem que a comida que cultivam é muito mais saborosa e nutritiva do que os alimentos processados que costumam consumir. Além disso, a horta escolar é um microcosmo de uma comunidade sustentável, onde o trabalho é compartilhado e onde o respeito pela terra se traduz em respeito mútuo entre os alunos. Integrar a produção local na merenda escolar não é apenas uma questão de logística, mas um ato educativo fundamental que reconecta o ser humano com o seu lugar no ecossistema (Capra, 2006, p. 214).

Projeto Político Pedagógico (PPP)

Este indicador também recebeu a cor vermelha. A maioria dos moradores nem sabia o que era isso. Descobrimos ao longo dos TCs que a escola não tem este documento tão importante que escreve a sua própria história e seus objetivos. A escola funciona seguindo o que vem determinado da Secretaria de Educação de Porto de Moz, que muitas vezes é igual ao que se ensina na cidade. A comunidade entendeu que precisa se unir para escrever o seu próprio (PPP), colocando no papel que a escola de Vilarinho tem que ensinar sobre o rio, a floresta e os direitos do povo do campo. Isso é importante porque, sem um projeto próprio, a escola fica sem alma. É como se a vila estivesse tentando vestir uma roupa que não lhe serve. Ao construir seu próprio PPP, a comunidade pode colocar no papel que a escola de Vilarinho precisa ensinar sobre o rio, a floresta e os direitos das comunidades do campo, garantindo que o ensino seja uma ferramenta de orgulho e não de apagamento da cultura local.

Essa conversa serviu para demonstrar que a escola não pode ser um lugar estranho dentro da nossa própria vila, só repetindo coisas de quem mora longe. Quando se percebe que não existe um plano escrito por nós, fica claro por que as crianças às vezes desanimam de estudar; é que falta o “tempero” da nossa terra no que é ensinado. Criar esse documento do zero, com a ajuda de todos, será o jeito de garantir que o saber do pescador, o tempo da colheita e as histórias dos nossos antigos entrem na sala de aula. É como se estivéssemos costurando uma roupa sob medida para o Vilarinho: um ensino que, em vez de fazer o jovem querer ir embora, dê a ele o orgulho de entender o valor do rio e a força de ser ribeirinho.

Segundo os estudos de Ilma Passos Alencastro Veiga (2002), sobre a organização da escola, o Projeto Político Pedagógico, ou o que chamamos de PPP, não pode ser visto como uma pilha de documentos guardados na gaveta ou algo que a secretaria de educação manda pronto de cima para baixo. Para a autora, esse projeto é como se fosse a certidão de nascimento e o mapa da escola: ele precisa dizer quem a comunidade é, o que ela valoriza e onde quer chegar com seus alunos. Veiga acredita que o PPP só ganha vida de verdade quando é construído em conjunto, professores, pais, alunos e o pessoal da limpeza e merenda. Quando uma escola como a do Vilarinho decide escrever seu próprio plano, ela deixa de apenas copiar o que é feito na cidade e passa a ser dona da sua própria história. Isso garante que o que se ensina na sala de aula tenha a cara do povo do campo, respeitando o rio e a floresta, transformando a escola num espaço de liberdade e não apenas de repetição de tarefas que não fazem sentido para quem vive ali (VEIGA, 2002).

Planejamento e calendário escolar

Neste ponto a avaliação ficou no amarelo. O problema principal é que o calendário da escola é o mesmo da cidade. Quando chove ou nos rios da região também ocorre o fenômeno da maré¹, que influencia o nível das águas ao longo do dia, o transporte escolar (as catraias e barcos) torna-se perigoso, e as crianças acabam faltando. O povo discutiu que o tempo da escola deveria respeitar o tempo da natureza e das colheitas, para que o aluno não seja prejudicado por viver longe da zona urbana. Neste sentido há a previsão legal para esta adequação, onde “o calendário escolar deverá ajustar-se às peculiaridades locais, inclusive climáticas e econômicas, a critério do respectivo sistema de ensino” conforme estabelece a Lei nº 9.394/1996 – Lei de Diretrizes e Base da Educação Nacional (BRASIL, 1996, art. 28).

Se a escola ignorar os ciclos das águas, ela acaba expulsando o aluno que não consegue chegar. O direito a uma educação de qualidade para os povos do campo inclui o respeito aos seus ritmos de vida. Isso significa que o calendário deve ser pensado como um instrumento que dialoga com a realidade local e com as condições de acesso. (Caldart, 2012) afirma que:

A escola do campo não pode ser uma cópia da escola urbana, apenas deslocada de lugar. O direito a uma educação de qualidade para os povos do campo inclui o respeito aos seus ritmos de vida e de produção. Isso significa que o calendário escolar deve ser pensado como um instrumento pedagógico que dialoga com a realidade local, com o tempo das colheitas, com o ciclo das águas e com as condições de transporte e acesso. Ignorar essas especificidades em favor de um calendário padronizado pela burocracia das cidades é uma forma de exclusão que penaliza o estudante por sua identidade geográfica e cultural (Caldart, 2012, p. 263).

Como vemos, Roseli Caldart (2012), critica o pensamento de que a educação é um produto que você compra na cidade e entrega na beira do rio. Se a realidade de quem vive no campo é diferente depende da maré, do sol e da chuva, a escola não pode fingir que isso não existe. O tempo da natureza é o tempo do aluno e se um aluno não consegue chegar na escola porque o rio secou ou porque a chuva tornou a viagem de catraia perigosa, o erro não é do aluno, é do calendário. Para a autora, o cronograma de aulas deveria ser planejado junto com a comunidade.

Conteúdo e material didático

Nesse ponto, o resultado foi amarelo. Os moradores entendem que os livros sejam bonitos e de boa qualidade (cor verde para o material físico), mas o conteúdo que está neles muitas vezes fala de coisas que as crianças daqui nunca viram, como metrô ou grandes prédios. A proposta que saiu da conversa foi que os professores usem mais a realidade local, como as contas da venda da farinha ou os ciclos dos rios, para ensinar matemática e ciências. Nesse indicador portanto a proposta que se destacou aponta para uma adequação dos conteúdos a realidade local, usando a comunidade e seu entorno como laboratório natural, para ensinar matemática e ciências. É muito mais fácil aprender sobre volume e peso usando a saca de farinha do que usando exemplos de fábricas distantes. O conhecimento tem que servir para clarear as coisas que o povo do Campo vive todo dia.

Segundo o que Demetrio Delizoicov (2011) afirma sobre como ensinar ciências, não adianta a escola entregar um livro cheio de gravuras bonitas se o que está escrito ali parece vir de outro planeta para o estudante. O autor defende que o aprendizado de verdade começa quando o professor olha para o que está acontecendo do lado de fora da sala de aula. Para ele, em vez de falar de prédios ou metrôs que a criança nunca viu, a educação deveria usar os problemas e as coisas do dia a dia da comunidade como o jeito que se produz a farinha ou como o nível do Rio Xingu muda para explicar a matemática e a ciência. Quando o material didático se conecta com a vida de quem mora na vila, o aluno entende que o conhecimento serve para ele entender e melhorar o seu próprio mundo (Delizoicov; Angotti; Pernambuco, 2011). Neste sentido, para Arroyo, (2011):

Os conhecimentos e a cultura não podem ser vistos como algo pronto, externo aos alunos, que a escola deve apenas transmitir. É preciso reconhecer que os educandos das áreas rurais, das beiras dos rios e das florestas já possuem uma cultura e produzem saberes na sua relação com a terra e com o trabalho. Quando a escola ignora esses saberes em nome de uma cultura urbana dita 'universal', ela acaba por desqualificar a identidade desses sujeitos. Uma educação que faça sentido deve partir das vivências, dos problemas reais e do território onde a escola está inserida. Só assim os conteúdos escolares deixarão de ser abstrações distantes para se tornarem ferramentas de compreensão da própria realidade social, política e ambiental. O currículo deve, portanto, ser um diálogo entre os conhecimentos científicos e os saberes que a vida no campo produz, fortalecendo o vínculo do aluno com o seu lugar e com a sua história (Arroyo, 2011, p. 74).

Saúde e Infraestrutura comunitária

Esse foi um dos momentos mais emocionantes da devolutiva. Embora a luz tenha chegado e a água encanada ajude muito, a falta do posto de saúde dói na alma da comunidade. O posto está fechado há anos, e o povo se sente abandonado. Eles usam remédios naturais para quase tudo, mas quando o caso é grave, a viagem para a cidade é um sofrimento cheio de medos e incertezas. A discussão mostrou que o povo precisa se organizar em mutirões e associações para cobrar o governo. Existe um cansaço de esperar por quem nunca vem, e a conclusão foi de que a união é o único caminho para serem ouvidos. Se cada um reclamar sozinho no seu canto, o barulho não chega na cidade, mas se a vila se levantar junta, o governo vai ter que prestar atenção no que está acontecendo no Vilarinho do Monte.

Durante a conversa, ficou claro que não é mais possível ficar sentado esperando por uma ajuda que nunca vem. O povo percebeu que, se cada um reclamar baixinho na sua própria casa, ninguém lá na prefeitura vai ouvir. O caminho que sobra é a união em mutirões e fortalecer a nossa associação para cobrar o que é nosso por direito. Se a vila inteira se levantar e falar com uma voz só, o governo vai ter que olhar para o Vilarinho do Monte. Precisamos transformar esse cansaço em união, porque só assim o barulho da nossa luta vai chegar aos ouvidos de quem decide, garantindo que sejamos tratado com o respeito que todo morador do campo merece.

De acordo com as ideias de Boaventura de Sousa Santos (2010) sobre as lutas sociais, comunidades que vivem longe dos grandes centros muitas vezes sofrem com um tipo de esquecimento por parte do governo, como se os seus problemas não existissem. O autor explica que, quando o Estado falha e deixa o povo desamparado sem médico ou remédio, a única saída para essas pessoas é transformar a dor e o cansaço em uma força coletiva. Para Boaventura, o povo de lugares como Vilarinho do Monte não pode esperar que as soluções caiam do céu; é preciso que eles se juntem em associações e mutirões para fazer barulho. Ao se organizarem, eles deixam de ser apenas indivíduos isolados e passam a ser um grupo forte que exige ser tratado com dignidade, provando que a união da vila é a ferramenta mais poderosa para tirar a comunidade do abandono e forçar os governantes a cumprirem o seu. Nesse sentido Freire (1987) também afirma que:

Ninguém liberta ninguém, ninguém se liberta sozinho: os homens se libertam em comunhão. A união das massas populares não é algo que se faz apenas no papel, mas é um processo que nasce da consciência de que a situação de abandono não é um destino, mas uma injustiça que pode ser mudada. Quando o povo sente a dor

da falta de saúde, de educação ou de cuidados básicos, ele descobre que a sua força não está no isolamento, mas na organização coletiva. É preciso que os oprimidos, ao se unirem em associações e movimentos, transformem a sua indignação em uma ação política capaz de confrontar o poder que os ignora. A organização comunitária é, portanto, uma escola de democracia onde o povo aprende a falar a sua própria palavra e a lutar para que a sua realidade seja transformada pelo esforço comum, pois somente a união em torno de objetivos claros pode quebrar as correntes do silêncio e do descaso (Freire, 1987, p. 52).

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Tudo o que foi visto na comunidade Vilarinho do Monte mostra que o lugar é constituído de gente que não desiste, mesmo com falta de apoio do governo. A educação e a saúde apareceram como os indicadores mais urgentes para que o povo consiga viver bem e cuidar do que é seu de forma sustentável, respeitando a natureza. A ideia principal aqui é que não dá para a pesquisa ficar somente guardada na gaveta da faculdade; é preciso que o posto de saúde volte a funcionar e volte à realidade, que os mutirões voltem a ter força e que a escola receba professores que entendam de verdade o que é ser ribeirinho. Se a universidade e a prefeitura derem as mãos para os moradores, podemos transformar esses problemas em melhoria para quem está crescendo agora e quer continuar morando na beira do rio.

Durante as conversas da devolutiva, ficou muito claro que a escola tem um papel muito maior do que só ensinar a ler e escrever. Ela é o lugar onde a comunidade se encontra para sonhar com dias melhores, entretanto precisa de um empurrão para ser mais a cara do povo do Xingu. Não faz sentido as crianças estudarem coisas que só acontecem na cidade grande enquanto a riqueza da nossa terra e da nossa cultura ficam de fora da sala. Por isso, a volta desse diagnóstico para os moradores serviu para acender uma luz: a de que o Projeto Político Pedagógico e o calendário das aulas precisam respeitar o tempo das águas e o jeito de trabalhar de cada família, para que nenhum jovem precise ir embora por falta de estudo que preste.

O papel de quem está se formando, como eu, é justamente esse: ser uma ponte entre o que a gente lê nos livros e a vida difícil de quem mora longe. Ver de perto a luta deles para ter uma merenda melhor e um transporte escolar seguro me fez entender que o diploma só vale a pena se ele ajudar a empoderar as pessoas para que elas conheçam seus direitos. Espero que este diagnóstico sirva de semente para que as futuras políticas públicas olhem para o Baixo Xingu com o respeito que ele merece. O povo de Vilarinho do Monte não quer

ser tratado como um número ou mais uma estatística fria, mas sim como gente que tem sabedoria, tradição e o direito de ter uma vida digna dentro do seu próprio território.

REFERÊNCIAS

BRASIL. **Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996.** Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional. Brasília, DF: Presidência da República, [1996]. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/19394.htm. Acesso em: 7 fev. 2026.

BRASIL. **Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996.** Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional. Brasília, DF: Presidência da República, [1996].

CAPRA, Fritjof. **A Teia da Vida: uma nova compreensão científica dos sistemas vivos.** Tradução de Newton Roberval Eicheberg. 10. ed. São Paulo: Cultrix, 2006.

CALDART, Roseli Salette (Org.). **Dicionário da Educação do Campo.** Rio de Janeiro: Escola Politécnica de Saúde Joaquim Venâncio; São Paulo: Expressão Popular, 2012.

BRASIL. Lei nº 15.226, de 1º de outubro de 2025. Altera a Lei nº 11.947, de 16 de junho de 2009, que dispõe sobre o Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE). Diário Oficial da União: seção 1, Brasília, DF, 2 out. 2025.

CASTRO, Josué de. Geografia da fome: o dilema brasileiro: pão ou aço. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2008.

FREIRE, Paulo. **A importância do ato de ler: em três artigos que se completam.** 23. ed. São Paulo: Cortez, 1989.

FREIRE, Paulo. **Pedagogia do Oprimido.** 17. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1987.

MOLINA, Mônica Castagna. **Contribuições da educação do campo para a construção de políticas públicas de educação.** Brasília: UnB, 2011.

DELIZOICOV, Demetrio; ANGOTTI, José André; PERNAMBUCO, Marta Maria. **Ensino de Ciências: fundamentos e métodos.** 4. ed. São Paulo: Cortez, 2011.

VEIGA, Ilma Passos Alencastro (Org.). **Projeto Político-Pedagógico da escola: uma construção possível.** 14. ed. Campinas: Papirus, 2002.

ARROYO, Miguel G. **Currículo, território em disputa.** 4. ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 2011.

SANTOS, Boaventura de Sousa. **A gramática do tempo: para uma nova cultura política.** 3. ed. São Paulo: Cortez, 2010.

Anexos:

Figura1: Seminário de Devolutiva no Salão da comunidade



Fonte: Nonato, 2024.

Figura 2: Avaliação dos indicadores de qualidade da escola Vilarinho do Monte.



Fonte: Nonato, 2024.

Figura 3: Avaliação dos indicadores de qualidade.



Fonte: Nonato, 2024.

Figura 4: Seminário de restituição na comunidade.



Fonte: Nonato, 2024.

Figura 5: Participação dos moradores na avaliação dos indicadores de qualidade na escola.



Fonte: Nonato, 2024.